

Encontro da Secretaria de Mulheres do PT DF



Foto: R.L. fala em Deutz/Editora Dietz - Fundação Rosa Luxemburgo

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE

Durante a pandemia foram registrados no Brasil 1.338 feminicídios, em média cinco por dia. De acordo com dados do Anuário de Segurança Pública de 2020, foram constatados 249.973 casos de violência doméstica em 2018 e 267.930 casos em 2019, um aumento significativo. Os estados de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Distrito Federal lideram os rankings da violência doméstica. Dentre as Medidas Protetivas solicitadas, foram 275.158 em 2018 e 349.942 em 2019. Além disso, os casos de assédio registrados tiveram um enorme crescimento, de 1.352 em 2018 para 8.153 em 2019. Registramos mais de 66.000 casos de estupros e estupros de vulnerável por ano, tanto em 2018 quanto em 2019, o que significa um estupro a cada 8 minutos no Brasil.

Os dados são alarmantes, estima-se que os números sejam ainda maiores. Nem todas as vítimas se sentem seguras para denunciar pois sofrem violência institucional nas delegacias, nos hospitais e no sistema judiciário ao concretizar uma denúncia.

Diante do quadro, qual a responsabilidade e quais medidas devem ser tomadas pelo Partido dos Trabalhadores no combate à opressão da mulher trabalhadora?

Em 2006 com a efetivação da Lei Maria da Penha e, em 2015, com a tipificação do feminicídio como crime hediondo tivemos medidas importantes no combate à violência contra a mulher. Foram medidas propostas e sancionadas nos governos petistas. Porém, com a volta do crescimento dos índices de violência doméstica, está claro que nossa luta não pode parar por aqui! Após o golpe de 2016 foi registrado um salto nos casos de feminicídio, 929 casos foram contabilizados no ano de 2016, e em 2020 esse número subiu para 1350 vítimas. Isso significa 4 vítimas de feminicídio por dia no Brasil!

Essas mulheres não veem na Justiça um alicerce seguro para sua proteção: isso se justifica em casos como o de Mari Ferrer, onde o sistema Judiciário inventou uma qualificação de crime que não existe - "estupro culposo" - para proteger um estupro e culpabilizar a vítima. Também provocam essa desconfiança casos como o do Julgado no Tribunal Militar em SP, onde PMs foram absolvidos pelo crime de estupro pelo fato da vítima "não ter resistido ao sexo". Fato é que as mulheres não se sentem representadas pelas Instituições que deveriam protegê-las.

Além dos graves problemas verificados no judiciário, nas DEAM'S - delegacias especializadas de atendimento à mulher - o treinamento dos profissionais é deficiente e muitas mulheres sofrem violência institucional ao denunciar seus agressores.

Mas mesmo com estrutura deficitária, essas delegacias são importante instrumento na prevenção e no combate de casos contra a violência doméstica e contra o feminicídio. Com a aprovação da PEC 32 - reforma administrativa - as

delegacias especializadas correm o risco de fechar ou de não realizar concursos públicos para a contratação de mais profissionais para tais atendimentos, agravando ainda mais a situação de violência contra as mulheres.

Hoje as vítimas de violência sexual têm garantia de atendimento no SUS, através do Projeto Violeta e outros, que visam garantir a assistência psicológica e física das mulheres que sofreram estupro. Tais projetos também viabilizam o aborto legal e seguro para as vítimas de estupro, com acompanhamento médico e psicológico especializado. Precisamos lutar pela ampliação de tais projetos, que assim como as DEAMs, estão ameaçados pela PEC 32.

Para promover a proteção das mulheres temos as casas de acolhimento - como a Casa da Mulher Brasileira. Esses locais, que existem em apenas 6 estados, não apenas acolhem as vítimas de violência doméstica, como também viabilizam sua qualificação profissional e seu acompanhamento jurídico. Com a reforma administrativa (PEC 32), a contratação de profissionais para atuarem no acolhimento institucional de mulheres também está ameaçada e as casas de acolhimento correm o risco de fechar.

.....
“A primeira divisão do trabalho é a de homem e mulher para a procriação de filhos”. Engels cita-o e acrescenta que a primeira oposição de classes que aparece na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo de homem e mulher no casamento singular e que a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino”
 (in: A Origem da Família, da Propriedade e do Estado, F. Engels).

Na sociedade de classes, a ideologia dominante é a da classe dominante: Sabemos que o patriarcado tem uma origem anterior ao capitalismo, mas o sistema capitalista se apropriou da opressão contra a mulher como ideologia: a burguesia reproduz o patriarcado e a classe trabalhadora engole a opressão através dos meios de comunicação e das instituições burocráticas do mesmo sistema.

A burguesia se mantém através da alienação da classe trabalhadora. O sistema Judiciário, o Poder Executivo e o Legislativo reproduzem a opressão e votam medidas que atacam a classe, em especial, a mulher trabalhadora. Ao colocar em tramitação a PEC 32, o Legislativo coloca em jogo a vida das mulheres que dependem da ampliação dos serviços públicos para sua proteção: como o atendimento nas DEAMs, no SUS e nas casas de acolhimento. O sistema Judiciário, Instituição do Estado burguês, num país subordinado ao imperialismo, como o Brasil, sem verdadeira soberania e democracia, reproduz o patriarcado, ideologia que é útil ao sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção e não é garante da proteção às mulheres.

O Partido dos Trabalhadores não deve cair nas armadilhas burguesas: Muitas teorias e organizações identitaristas ou feministas visam a transformar a dominação de Classe por dominação de gênero. “Pregam o fim da opressão da mulher por atalhos enganadores, e não da luta de homens e mulheres da classe trabalhadora para acabar com o Estado burguês e a forma de família que a ele corresponde, a família burguesa” (BOITO; Misa 2016, in: A Luta contra a opressão da mulher, uma abordagem de classe. Pág. 7).

A luta contra a opressão da mulher trabalhadora não deve estar deslocada da luta contra a exploração burguesa. Ela precisa estar articulada com a luta geral dos trabalhadores. Por isso, o Setorial e o PT devem se engajar, não terceirizar, a luta pelo fim deste governo, por Fora Bolsonaro e seus Generais.

A luta é pelas demandas mais sentidas, para reconquistar o que foi quebrado desde o golpe do impeachment em 2016 e evitar mais retirada de direitos com a Reforma Administrativa e pelas reformas estruturais - da mídia, judiciária, militar, revogação das privatizações estratégicas e outras reformas que ainda não foram feitas. Para isso, para estabelecer a soberania nacional e a justiça social, é preciso, Lula Livre, um novo governo e uma Constituinte Soberana.

“ Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem”

Rosa Luxemburgo

**Fora Bolsonaro e seus Generais!
 Não à PEC 32 JÁ!
 Por uma Constituinte Soberana!**

